

MP CONSULTORIO ODONTOLOGICO LTDA - ODONTO CLINICA VIVIANE MARQUES CNPJ: 37.890.865/0002-61 TOMAZ DOMINGOS DA SILVEIRA - , 4339 CEP: 88.136-000 - Bairro: SAO SEBASTIAO Município: PALHOÇA - SANTA CATARINA Insc. Municipal: 31896 - Insc. Estadual: Email: drvivianesmarques@gmail.com Telefone: (48) 9902-5146 - Celular: (48) 9902-5146	Número da NFS-e 153	 Autenticidade
	Situação Emitida	

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - Série NFS-e

 Estado de Santa Catarina Prefeitura Municipal de Palhoça Secretaria da Receita	Autenticidade 8233738264203789086520240420042022254450	
	Data Emissão 20/04/2022	Hora Emissão 10:14:59

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome/Razão Social DENTAL UNI - COOPERATIVA ODONTOLOGICA		CPF/CNPJ 78.738.101/0001-51
Endereço IRMA FLAVIA BORLET 197	Número 197	Complemento NÃO INFORMADO
Bairro BOQUEIRÃO	CEP 81.630-170	Cidade - Estado Curitiba - PR

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Serviço	Quant.	Unid.	Vlr. Unid.	Local Prest.	Alíquota	Sit. Trib.	Vlr. Trib.	Dedução	Vlr. ISSRF
412	1,00	UN	2.492,70	8233	SIMPLES NACIONAL	TI	2.492,70	0,00	0,00

Descrição do Serviço:
Tratamento Odontológico

Base de Cálculo	Valor ISSQN	Valor ISSRF	Desconto	Valor Total	Valor Líquido
SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	0,00	0,00	2.492,70	2.492,70
IR	INSS	CSLL	COFINS	PIS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Descrição dos subitens da Lista de Serviço em acordo com a Lei Complementar 116/03

412 Odontologia.

Legenda do Local de Prestação do Serviço

8233 Palhoça

Outras Informações

TI - Tributada Integralmente

(412) Serviço Tributado no município do prestador

Autorização para emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica: 24/2021 de 11/01/2021 00:00:00

A data de vencimento do ISS quando o mesmo for devido no município do Prestador: 20/05/2022

A veracidade das informações declaradas na NFS-e podem ser consultadas no site: <https://palhoca.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-autenticidade-de-nota-fiscal-eletronica-nfs-e>

Valor aproximado dos tributos: Federais R\$335,27 (13,45%), Estaduais R\$0,00 (0,00%), Municipais R\$51,85 (2,08%), com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - FONTE IBPT.

Conforme Lei Complementar Municipal nº 110/2011, alterada pela Lei Complementar nº 192/2015 e regulamentada pelo Decreto nº 2243/2017, o contribuinte só fará jus a 40% do respectivo crédito gerado, sendo os 60% restantes pertencentes ao Fundo Municipal de Inovação.